

EDUCAÇÃO SANITÁRIA E BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS

Izabel Cristina Cardoso Giovannini –
Engenheira Agrônoma e Mestre em Solos e Nutrição de Plantas –
Superintendência Federal de Agricultura – SP/Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento – presidente da Comissão de Educação Sanitária em
Defesa Agropecuária no Estado de São Paulo – izabel.giovannini@agricultura.gov.br

O que é Educação Sanitária?

No Brasil, o setor agropecuário tem sido o grande sustentáculo da economia, desde o início da colonização com a cana de açúcar, passando pelo ciclo do café, chegando até a década de 1960 quando a produção brasileira começou a se diversificar, sendo inseridas novas regiões e novas culturas na produção.

Com a globalização o país começou a exportar mais produtos para maior número de países. Porém o crescimento do comércio exterior no sentido inverso permitiu a introdução de pragas exóticas, causando prejuízos à agropecuária. Também os países importadores de nossos produtos ficaram mais exigentes quanto à sanidade dos produtos agropecuários brasileiros. (1)

Uma ferramenta a ser utilizada para ajudar a superar esses obstáculos é a Educação Sanitária, a qual pode dar uma contribuição significativa para todos os segmentos da cadeia do agronegócio e não somente para os produtores rurais.

A Educação Sanitária é definida como “Processo ativo e contínuo que promove mudanças no segmento cognitivo (conhecimento), afetivo (atitudes) e psicomotor (ação/comportamento) das pessoas, com o objetivo de melhorar as condições diretas ou indiretas da saúde do indivíduo, dos animais, das plantas e do meio ambiente.” (2)

Ela somente se realiza, efetivamente, na medida em que o público a quem ela se dirige internaliza a ideia (conhecimento e atitude) e passa a adotá-la (ação). O desafio é que o público alvo adote novos comportamentos, de acordo com os objetivos sanitários propostos.

O Sanitarismo é descrito como um “banquinho de três pernas”. Uma das “pernas” é a Epidemiologia, que trata de estudos de doenças em populações de hospedeiros, procura identificar, caracterizar e quantificar seus fatores determinantes, fornecendo instrumentos para monitorar, localizar e elaborar estratégias visando conter a disseminação de doenças.

A segunda “perna” desse “banquinho” é a Defesa Sanitária, que inclui a legislação objetivando a não disseminação ou entrada de pragas e doenças de importância econômica, social e ambiental. Essa legislação deve estar baseada na epidemiologia. Outro ponto importante é a fiscalização da aplicação dessa legislação.

A terceira “perna” é a Educação Sanitária , que visa transmitir os conhecimentos das duas “pernas” anteriores, proporcionando alterações de atitudes e mudando o comportamento dos atores de toda a cadeia do agronegócio.

Pela analogia com o “banquinho” infere-se que as três áreas : epidemiologia , defesa sanitária e educação sanitária tem a mesma importância e devem estar sempre unidas , para que os resultados desejados sejam alcançados .

Boas Práticas Agropecuárias e Educação Sanitária

As Boas Práticas Agropecuárias são fundamentais para que o agricultor atenda as demandas da sociedade do século XXI, tanto nacional quanto de outros países. Seus objetivos são:

“– ganhar eficiência e produtividade, garantindo ao mesmo tempo a melhor qualidade do terreno agrícola, sem prejuízo ao meio ambiente;

- obter produtos de maior qualidade, mais saudáveis, inócuos e não nocivos ao ambiente;

- melhorar as condições de trabalho dos produtores, de suas famílias e de seus funcionários; e,

- adaptar seus sistemas de produção para uma agricultura sustentável, segura e ecologicamente correta.” (3)

As atividades agropecuárias , dentro do conceito de Boas Práticas , devem ser desenvolvidas respeitando o meio ambiente , além de melhorarem as condições de trabalho e produtividade , levando em consideração os cuidados com a higiene e a sanidade.

Como os mercados nacional e internacional estão cada vez mais exigentes , querendo produtos de boa qualidade , sem resíduos nem contaminantes , produzidos sem agredir o meio ambiente e sem utilização de mão de obra infantil ou escrava , a utilização de Boas Práticas Agropecuárias (BPAs) é uma resposta a esses anseios .

Sendo que a adoção das BPAs pelo produtor rural em sua propriedade é sua escolha pessoal, é necessário que ele tenha conhecimentos que possibilitem a tomada de atitudes visando alterações comportamentais, ou seja, é preciso Educação Sanitária .

Muitas vezes os produtores rurais têm o conhecimento sobre determinado assunto, mas a implantação das BPAs exige esforço, perseverança e planejamento, para que seja alcançado sucesso. A necessidade fundamental é de mudança de comportamento, a qual só é obtida após internalização do conhecimento e a tomada de atitude.

Como por exemplo, no caso de uso de agrotóxicos, todos os agricultores, praticamente sem exceção, sabem que devem ser usados os equipamentos de proteção individual (EPIs), mas quantos efetivamente os utilizam? E, no entanto a utilização desses equipamentos visa preservar a saúde de quem prepara e aplica o agrotóxico! Verificamos, então, que o mais difícil é a mudança de comportamento, não havendo falta de conhecimento.

Agora falta que esse conhecimento seja demonstrado com a mudança de comportamento, ou seja, a adoção das BPAs precisa da Educação Sanitária, dinâmica e contínua, seguindo os preceitos de seu planejamento, para sua efetiva implantação.

Os projetos de Educação Sanitária devem produzir resultados mensuráveis dentro de um período de tempo determinado e ser constituído das etapas de diagnóstico geral e educativo, planejamento, execução, avaliação e retroalimentação (4).

A avaliação dos resultados obtidos por um projeto de Educação Sanitária deve sempre visualizar as mudanças comportamentais que ocorreram. Com a adoção das BPAs essa etapa pode ser verificada mais efetivamente. E os objetivos da adoção das BPAs podem ser mais facilmente alcançados através da Educação Sanitária!

Histórico da Educação Sanitária no Estado de São Paulo

Em 15/05/2008 foi instituído o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (PROESA), pela Instrução Normativa 28/2008. Após esse marco, foi realizada Reunião Regional de Planejamento em Educação Sanitária, englobando as regiões Sul e Sudeste, em São Paulo de 14 a 17/10/2008 e foram definidos os assuntos prioritários a serem trabalhados no estado de São Paulo pela Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo–SFA-SP/MAPA , CATI/SAA e CDA/SAA .

No segundo semestre de 2010, reconhecendo que o sucesso do PROESA depende, em grande parte, da ação articulada e sinérgica do conjunto das instituições e segmentos sociais envolvidos ou interessados em atividades dessa natureza, a SFA/SP/MAPA, a CATI/SAA/SP , a CDA/SAA/SP e a Federação da Agricultura e Pecuária no Estado de São Paulo-FAESP tomaram a iniciativa de formar a Comissão de Educação Sanitária no Estado de São Paulo - CESESP, a qual tem por objetivo ser um fórum para discussão de idéias e projetos nessa área no estado , criando oportunidades de planejamento comum e de lançamento das bases para uma eventual cooperação operacional.

Várias entidades contam com representantes nessa comissão: MAPA, EMBRAPA, CATI, CDA , APTA e IEA da Secretaria de Agricultura e Abastecimento , FAESP , Secretarias de Saúde , Saneamento e Educação, CETESB, USP, UNESP, APM, INPEV , ANDEF, FUNDECITRUS e FMU.

Dentro da CESESP foram levantados alguns assuntos prioritários, para os quais foram criadas as Subcomissões de Ensino Técnico e Universitário, de Ensino Fundamental e Médio e de Destinação de Resíduos e Embalagens de Produtos Veterinários . O primeiro produto do trabalho dessas Subcomissões , uma proposta de disciplina sobre Educação Sanitária em Defesa Agropecuária para os ensinos técnico e universitário, já está completo e será apresentado no XVII Encontro Nacional de Educação Sanitária e Comunicação – ENESCO.

Várias outras atividades na área de Educação Sanitária tem sido desenvolvidas pelas entidades que participam da CESESP . Destacamos algumas , que tiveram participação de representantes de diversos órgãos :

- Cursos para Formação de Multiplicadores no Método SOMA , ministrados pelo FFA Carlos Albuquerque da SFA/GO, em duas turmas , Jarinú e Guaratinguetá (SFA-SP , CATI/SAA , CDA/SAA, EMBRAPA, cooperativas e prefeituras) ;
- Aplicação de questionário educativo, em 118 propriedades rurais, sobre a raiva dos herbívoros e medidas de prevenção da encefalopatia espongiforme bovina e Encontro Técnico sobre alimentação de ruminantes , no município de Socorro (SFA-SP , CATI/SAA , CDA/SAA e prefeitura) . Trabalho a ser apresentado no XVII ENESCO;
- Entrevista técnica sobre Anemia Infecciosa Equina (AIE) em 03 estações de rádio, reunião técnica com os organizadores da Cavalaria de São Benedito e aplicação de questionário educativo sobre medidas preventivas para AIE , no município de Guaratinguetá (SFA-SP , FMU, cooperativas e prefeitura). Trabalho a ser apresentado no XVII ENESCO;
- Projeto Sanitarista Mirim , nos municípios de Novo Horizonte,Guatapará e Presidente Epitácio (CDA/SAA e prefeituras); e,
- Diversos projetos executados pela CATI , junto com as prefeituras municipais , como por exemplo o Projeto de Citricultura , na região de Jales .

Conclusão

A missão da CATI (5) deixa bem claro a utilização da Educação Sanitária como ferramenta para alcançar seus objetivos e a torna elemento essencial na adoção de Boas Práticas Agropecuárias pelos produtores rurais.

Bibliografia

- (1) Albuquerque, Carlos – Educação Sanitária: Planejamento, Avaliação de resultados, Método SOMA – 2ª edição ampliada – Goiânia/GO – Kelps, 2012 – 212 p.

- (2) Instituto Mineiro de Agropecuária/IMA - Apostila do Curso de Educação Sanitária e Comunicação, Fase I – Belo Horizonte/MG – 2009 – 180 p.
- (3) São Paulo (Estado) , Secretaria de Agricultura e Abastecimento/SAA, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/CATI – Boas Práticas Agropecuárias – São Paulo – 2010 – 103 p.
- (4) Ministério da Agricultura , Pecuária e Abastecimento/MAPA – Instrução Normativa nº 28 / 2008 .
- (5) São Paulo (Estado) , Secretaria de Agricultura e Abastecimento/SAA, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/CATI – “site www.cati.sp.gov.br” – 2013.